

O MÉTODO COMPARATIVO EM ESTUDOS REGIONAIS

Tanize Tomasi ALVES¹

Cicilian Luiza Löwen SAHR²

RESUMO

As reflexões sobre o método comparativo, neste artigo, sofrem uma junção com o regional numa perspectiva de estudos regionais comparados. Desta forma, foge-se de uma regionalização pela pura e simples divisão político-administrativa em zonas ou da relativa homogeneização propagada pelos processos globalizadores, e, foca-se na figura e ação dos agentes sociais. O artigo objetiva refletir sobre distintas abordagens comparativas, perpassando cientistas políticos, sociólogos, historiadores e geógrafos. Por fim, se propõe a análise comparativa de caráter regional na perspectiva do geógrafo Haesbaert (2010), na qual a especificidade das distintas combinações dos eventos é que promove a diferença espacial por critérios de coesão/articulação ou des-continuidade.

Palavras chave: Método comparativo. Estudos regionais comparados. Regionalização em redes.

¹ Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Bolsista Capes.

² Doutora em Geografia Humana pela Universität Tübingen (Eberhard-Karls), Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia UEPG e UFPR.

THE COMPARATIVE METHOD IN REGIONAL STUDIES

ABSTRACT

This article is procuring a dialogue between comparative method in general and Regional Studies, to elaborate a broader perspective on Comparative Regional Studies. In consequence, its focus is not on regionalization as a pure and simple political-administrative zoning, or on the relative homogenization of space induced through globalizing processes, but it refers basically to the forms and types of activities that are performed by social agents, involving contributions from different comparative approaches developed by political scientists, sociologists, historians and geographers. In this context, a comparative analysis on the regional character of space is proposed by Rogério Haesbaert (2010), which discusses the specific character of the combination of distinct events that promote spatial differentiation through criteria of cohesion/articulation or discontinuity.

Keywords: Comparative Method. Comparative Regional Studies. Regionalization through networks.

1 INTRODUÇÃO

Sabendo-se que se compara implicitamente e com frequência de maneira inconsciente na vida cotidiana, destaca-se neste artigo a necessidade da comparação de viés regional. Diante disso, a reflexão aponta para um comparar não apenas pela escolha pura e simples de dois ou mais entes geográficos similares, mas sim para um comparar imbricado do artifício metodológico e do fato concreto e/ou vivido.

Logo, a análise comparativa aqui não representa uma técnica de levantamento e classificação de dados empíricos, mas uma perspectiva de análise social que permite romper com a singularidade dos eventos pela ação concreta dos diversos sujeitos que de fato constroem a diferenciação espacial. Para isso, empreendeu-se um levantamento bibliográfico com base em distintas abordagens que tratassem teoricamente do método comparativo na ciência política, sociologia e história. Para Brandão (2012), tais estudiosos se enquadram em três categorias: aqueles que defendem a busca pelas semelhanças, aqueles que defendem o realce pelas diferenças e aqueles que defendem ambos.

Afasta-se, assim, da apreensão da realidade através de uma leitura generalizante em que a região/regionalização já está determinada e estabilizada, onde todos os espaços são da mesma forma articulados, para realçar o método comparativo, relacionando-o com a perspectiva regional de caráter geográfico proposta por Haesbaert (2010). Nesta, a região adquire um duplo papel, como “arte-fato”, isto é, tomada na imbricação entre “artifício” (analítico) e “fato” (realidade efetivamente construída e/ou vivida). Desta forma, translocando-se tal perspectiva regional para o âmbito dos estudos comparados, a análise passa a se centrar na própria realidade vivenciada pelos sujeitos sociais através de processos regionalizadores desiguais e diferenciadores.

Diante deste quadro previamente apresentado, o presente artigo objetiva uma análise das diferentes abordagens teóricas relacionadas ao método comparativo, para a partir destas propor uma aproximação à perspectiva regional. O texto se estrutura em três momentos. No primeiro se discute as abordagens das ciências políticas onde o método comparativo é proposto para o controle das hipóteses. No segundo se discute as abordagens sociológicas, cujos estudos comparativos visam a explicação dos fatos pelas relações de causalidades. No terceiro se apresenta o caminhar entre a abordagem da história comparada, com suas dimensões sincrônicas e diacrônicas, e o

método regional comparado, que aposta numa relação entre a regionalização dos sujeitos sociais e interesses políticos envolvidos.

2 O MÉTODO COMPARATIVO COMO CONTROLE DAS HIPÓTESES GENERALIZANTES

Na ciência política, a partir da década de 1950, a abordagem utilizada nos estudos transformou-se diante da conjuntura internacional, destacando-se a necessidade de conhecer melhor a política de outros países. A rápida proliferação de estudos comparativos vinculados a estudos internacionais, no final da década de 1960 e início da década 1970, orientou a análise para poucos casos. Estes casos vinculados, em parte, a fenômenos macropolíticos, como as revoluções, os regimes políticos nacionais e a evolução dos Estados-nações (GONZALEZ, 2008).

Os estudos comparados desenvolveram-se e permanecem nas abordagens contemporâneas na busca por similaridades e/ou diferenças. Um dos especialistas contemporâneos na política comparada é Sartori, que aborda o método comparativo visando, conforme Gonzalez (2008), “[...] encontrar semelhanças e diferenças, o que pode ser feito pelo uso da classificação, na qual as categorias devem ser mutuamente excludentes. As estratégias comparativas são escolher os sistemas mais semelhantes ou os sistemas mais diferentes” (p. 6).

Sartori (1994) destaca que “[...] a comparação é um método de controle das nossas generalizações [...] ou leis do tipo afirmativo [...]”³ (Op. cit., tradução nossa) em que o problema surge das exceções, especificando as condições necessárias. Sendo que “o procedimento de controle é o aspecto mais importante e distinto da comparação”⁴ (Op. cit., tradução nossa). Para ele “comparar é confrontar uma coisa com outra”⁵ (Op. cit., tradução nossa) e implica “[...] assimilar e diferenciar nos limites”⁶ (Op. cit., tradução nossa). Destacam-se, assim, as características e propriedades compartilhadas ou não compartilhadas por entidades, o que serve para controlar (verificar ou falsear) se uma generalização (regularidade) corresponde aos casos a que se aplica. Usa-se a

³ [...] La comparación es un método de control de nuestras generalizaciones...o leyes del tipo si entonces [...] (SARTORI, 1994, p. 29).

⁴ El procedimiento de control es el aspecto más importante y distintivo de la comparación (SARTORI, 1994, p. 25).

⁵ Comparar es confrontar una cosa con otra (SARTORI, 1994, p. 31).

⁶ Assimilar y diferenciar en los límites (SARTORI, 1994, p. 35).

visão de comparação deste autor para situar, aprender com as experiências dos outros, para se obter termos de modelação e para se explicar melhor. Sendo que, a razão que obriga a comparação, para o autor, é o controle, isto é, a necessidade de se controlar comparando.

Para isso, conforme Sartori (1994), é preciso estabelecer que uma coisa é claramente comparada a outra em algum aspecto (propriedades e características). Adota-se a melhor estratégia comparativa, ora realçando as similitudes e ora as diferenças. Presta-se atenção nas diferenças em contextos similares ou busca-se analogias em sistemas diferentes. Logo, para ele “se comparar não tem uma razão de ser especial, um objetivo específico (além do objetivo geral de explicar), então se pode afirmar que não existe em sentido próprio, uma metodologia da comparação, um método comparado⁷” (Op., cit., tradução nossa).

Assim como o método experimental, o estatístico e o histórico, o método comparado é uma técnica de verificação das ciências humanas (SARTORI, 1994). Contudo, Lijphart (1971), outro cientista político, propõe que o método comparativo possa ser utilizado pelo método experimental, estatístico e de caso, no estabelecimento empírico de proposições gerais diante da identificação de semelhanças entre os casos analisados. Tal método destina-se a descobrir relações empíricas entre as variáveis. Para ele o método comparativo e o estudo de caso estão intimamente relacionados. O estudo de caso concentra-se em um único caso, podendo este ser analisado de forma intensa, contudo, como a ciência é uma atividade generalizante, o estudo de um único caso pode não constituir nem a base para uma generalização válida, nem o terreno para refutar uma generalização estabelecida.

Segundo Lijphart (1971), a análise comparativa deve concentrar-se sobre os casos comparáveis e em um número equivalente de mais que dois e menos que vinte. Isto é, deve-se buscar casos semelhantes e com grande número de características importantes (variáveis), pois estes casos permitirão o estabelecimento de relações entre algumas destas variáveis, convergindo-as em variáveis-chave de importância real, além de que o alcance das hipóteses será mais preciso e localizado. Segundo Morlino (1994), quando o número de casos é maior, se tem a transformação de uma comparação qualitativa para uma predominantemente quantitativa. Neste contexto, tem-se que “[...] a comparação se organiza através de uma matriz de dados (quantitativos e qualitativos)

⁷ Si comparar no tiene una razón de ser especial, un objetivo específico (además del objetivo general de explicar), entonces se puede afirmar que no existe en sentido propio, una metodología de la comparación, un método comparado (SARTORI, 1994, p. 33).

que permitem especificar com maior rigor tanto as dimensões temporais e espaciais elegidas, como as propriedades e as variáveis [...]”⁸) (Op. cit., tradução nossa).

Todavia, conforme Morlino (1994), a escolha dos casos está relacionada tanto com os fatores considerados comuns ou diferentes em cada conjunto de casos elegidos, quanto com a dimensão longitudinal destes. Assim, tem-se uma dimensão sincrônica quando um mesmo caso é analisado em momentos distintos e sucessivos, e uma dimensão diacrônica quando diferentes casos são analisados para o mesmo momento. O mesmo se aplica às variáveis que se analisará. Dessa forma, pode-se examinar a mutação dos fenômenos no tempo através de uma analogia de distintos momentos e a mutação dos fenômenos no espaço através da comparação de diferentes casos.

No mesmo sentido, Bartolini (1994) acredita que o principal objetivo da comparação na ciência política é estabelecer regularidades nos acontecimentos políticos da humanidade e elaborar proposições teórico-empíricas passíveis de contestação capazes de relacionar e explicar as regularidades. Assim, os estudos se desenvolvem, sobretudo, numa investigação transversal do tipo diacrônico, cujo ponto central seria o de observar as mutações no tempo através de uma aproximação de distintos momentos.

Morlino (1994), já citado anteriormente, coloca que “[...] a comparação é sempre particularmente útil para alcançar os objetivos de estudo e de investigação que propomos” (Op. cit., tradução nossa), permitindo discernir semelhanças e diferenças entre um caso e outro(s) e o aprofundar das diferenças. Sendo que, “[...] o que melhor caracteriza a comparação é a possibilidade de controlar as hipóteses formuladas [...]”¹⁰) (Op. cit., tradução nossa), ou seja, “[...] somente a comparação nos permite defender uma hipótese mais que outra, graças ao controle de mais casos”¹¹) (Op., cit., tradução nossa). Portanto, aceita-se primeiramente todas as hipóteses para posteriormente, com o apoio empírico dado pelo controle do(s) outro(s) caso(s), emergir a hipótese mais adequada e preferível. Logo, a comparação define propriedades, atributos, assim como, classifica para identificar as variações empíricas do fenômeno em diferentes realidades.

⁸ La comparación se organice a través de una matriz de datos (cuantitativos o cualitativos) que permita especificar con mayor rigor tanto las dimensiones temporal y espacial elegidas como las propiedades y las variables (MORLINO, 1994, s/p.).

⁹ La comparación es siempre particularmente útil para alcanzar los objetivos de estudio y de investigación que nos planteamos (MORLINO, 1994, p. 14).

¹⁰ Lo que mejor caracteriza a la comparación es la posibilidad de controlar las hipótesis formuladas (MORLINO, 1994, p. 14).

¹¹ Sólo la comparación nos permite defender una hipótesis más que otra, gracias al control de más casos (MORLINO, 1994, p. 14).

Panebianco (1994), outro cientista político, também defende a ideia de que a comparação é o principal instrumento disponível de controle empírico das hipóteses generalizantes. Entre os estudos das ciências políticas ele destaca três grandes grupos: os ideográficos/empíricos, os teóricos e os comparatistas. Este último está relacionado com os anteriores, ou seja, os estudos de casos apresentam fins empíricos e é a teoria que lhes oferece modelos, generalizações e quadros explicativos, o que permite compará-los.

Para Panebianco (1994), a comparação permite explicações causais, identificando os seus mecanismos. Sendo que, a explicação adequada significa individualizar um conjunto de condições causais, com o auxílio de generalizações, e reconstruir suas inter-relações. As explicações locais somadas a identificação do mecanismo causal que está por trás do fenômeno específico que se examina, levam ao controle das hipóteses generalizantes.

Panebianco (1994) defende dois tipos de comparação, a estatística e a histórica. A comparação estatística se limita a comparar hipóteses de alcance geral, suas causas e efeitos, bem como, a indicação de que as variações de uma determinam variações na outra. Já a comparação histórica tende a explicação genética das diversidades temporais confrontando com outros casos, ou seja, tendem a elaboração de hipóteses e controle destas mediante a comparação de mecanismos causais temporalmente discretos.

Diante de todas as abordagens apresentadas anteriormente, tem-se que os cientistas políticos - cada um na individualidade de sua perspectiva, ora primando pelas diferenças ora pelas semelhanças ou por ambas - convergem para o método comparativo como uma fundamentação teórico-empírico que leva a generalização, a modelos, ou seja, ao controle das hipóteses e proposições gerais.

3 A EXPLICAÇÃO DOS FATOS: ESTUDOS COMPARATIVOS SOCIOLÓGICOS

Levando-se em consideração que o método comparativo não é exclusivo da ciência política e nem é o único a ser utilizado por ela, tem-se no final da década de 1960 abordagens sociológicas que passam a utilizá-lo como um método geral aplicável à ciência ou às ciências sociais. Para os sociólogos dessa fase, este método se encontraria estreitamente relacionado à própria constituição do seu campo específico de conhecimento, permitindo que a sociologia se

distanciase das outras ciências sociais, demarcando seu próprio terreno de atuação. Com formas distintas de apreensão, o método foi bastante utilizado como instrumento de explicações e generalizações (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998).

Neste contexto, conforme Durkheim (2007), tem-se que “a sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a sociologia mesma, na medida em que ela deixa de ser puramente descritiva e aspira a explicar os fatos” (p. 142). Para o autor, não se deve ignorar o real parentesco das coisas e sua respectiva natureza, já que só se explica comparando. Assim, uma investigação científica só pode atingir seu objetivo se referir-se a fatos comparáveis, tendo mais probabilidade de êxito quando reúne àqueles que podem ser utilmente comparados.

Smelser (2002) acredita que toda linguagem é comparativa e toda a descrição e explicação é comparativa, não importa o quanto se queira enobrecer com singularidade, individualidade ou idiosincrasia. Logo, a análise comparativa passa a significar a descrição e explicação de semelhanças e diferenças de condições ou resultados entre as unidades sociais de grande escala, como regiões, nações, sociedades e culturas. A regra principal é fazer várias medidas para a mesma coisa, sistematizando o contexto de comparações tanto no que diz respeito à seleção de índices comparativos (medições), quanto à explicação comparativa das semelhanças e diferenças.

Segundo Schneider e Schmitt (1998), a comparação para Durkheim vai além de uma técnica de trabalho utilizada para fazer analogias entre os fatos, estabelecendo diferenças e semelhanças. É através dela que se pode demonstrar que a cada efeito se tem uma causa correspondente. Na obra “Suicídio”, Durkheim (2000) utilizou o método comparativo segundo as condições e causas de existência deste, ou seja, abordando a situação social e as distintas categorias como do sujeito: sexo (masculino e feminino), estado civil, religião, consumo de álcool e nacionalidade. Este foi complementado pelo emprego de método estatístico, o qual isola os fenômenos sociais, representando-os através das taxas quantitativas. Para isso, foi preciso comparar não variações isoladas, mas séries de variações (mesma sociedade, sociedades diferentes ou vários povos da mesma espécie) regularmente constituídas.

Portanto, para Durkheim (2007) tem-se apenas um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, ou seja, comparando a presença ou ausência das categorias em cada caso e examinando as variações que se apresentam nessas diferentes combinações de circunstâncias de forma a testemunhar que um depende do outro. Quando não se produz os fatos, por eles escaparem da ação do operador, procura-se uma aproximação de sua produção espontânea, empregando o

método comparativo. Este deve associar-se ao princípio de causalidade retratando que “a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa” (p. 131). Portanto, se há mais de uma causa para um fenômeno social é porque se tem diversas espécies deste.

Os fatos sociais, segundo Durkheim (2007), são diferentes e sofrem variações, possuindo, no entanto, causalidades comuns. As relações de causalidade constituem a essência dos fatos sociais, pois as conexões causais fundamentais se desvendam a partir das relações sociais por elas próprias engendradas, e, muitas vezes, não perceptíveis a “olho nu”. Logo, no estudo dos fatos sociais deve-se procurar revelar as causas, orientando-se a partir dos efeitos por ela produzidos.

Ao contrário de Durkheim, o método comparativo proposto por Weber não se baseia no paralelismo existente entre variáveis ou séries de variáveis, mas na comparação entre casos históricos, tomados em suas diversidades e singularidades (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998). Também em oposição à abordagem de Durkheim, as sociólogas Skocpol e Somers (1980 apud COLLIER, 1994), destacam a importância do método comparativo no controle das hipóteses, indo de encontro com a abordagem dos cientistas políticos. Porém, elas confrontam contextos distintos, produzindo uma investigação por contraste de contextos e ressaltando o significado das diferenças entre contextos (inclusive histórico). Elas creem que uma investigação efetivamente comparativa pode ser sensível a diversidade de contexto e a comparação sistemática de poucos casos pode produzir bons resultados.

Assim, Skocpol e Somers (1980) ao abordar o método comparativo no estudo macrossocial utilizam o termo “história comparada”, pois acreditam que o olhar da mudança da vida social - suas dinâmicas sociais e as transformações epocais das culturas e estruturas sociais - está direcionado para as trajetórias históricas, isto é, a justaposição de casos históricos. Com uma abordagem comparativa universalizadora intencionada a encontrar os elementos comuns a todos os casos examinados, postula-se uma unicidade dos processos históricos. Logo, elas se empenharam em buscar similitudes nos processos históricos relacionados às grandes revoluções.

Para Skocpol e Somers (1980) a análise comparativa pode ocorrer sob três abordagens: demonstração paralela de teoria, contraste dos contextos e análise macroanalítica. A primeira denomina-se demonstração paralela de teoria, a qual busca - por dados, hipóteses ou teorias - evidenciar os argumentos teóricos que se aplicam a uma série de casos históricos. O ponto de comparação é afirmar uma similaridade entre os casos, iluminando-os em termos da aplicação comum dos argumentos teóricos globais como: conceitos, categorias ou modelos concretos.

A segunda é o contraste dos contextos, em que se tem a comparação de dois ou mais casos em si mesmos, buscando pôr em evidência as suas diferenças recíprocas. Para tanto, traz-se as características únicas de cada caso particular mostrando que estas afetam o funcionamento dos processos sociais supostamente gerais. Assim, os contrastes ou diferenças se dariam a partir de referências a grandes temas ou conceitos do tipo ideal. A terceira é a análise macroanalítica, cuja finalidade é fazer inferências causais sobre as estruturas e os processos em macroníveis, induzindo generalizações causais nos casos em oposição, a destacar as características específicas de casos individuais. As justaposições de trajetórias históricas sugeririam hipóteses causais testáveis (SKOCPOL; SOMERS, 1980).

Em sua abordagem, Smelser (1965) destaca que o método comparativo é frequentemente empregado para a análise científica dos dados históricos que não podem ser controlados experimentalmente (método experimental) e em que o número de causas é pequeno para permitir uma análise estatística. Este método faz-se necessário para a comparação de sociedades (poucas em número), regiões, cidades, comunidades e outras unidades sociais ou subsociais.

Para Smelser (1965) há dois tipos de método comparativo: a comparação de casos semelhantes e o método de replicação em diferentes níveis. A comparação de casos semelhantes permite tratar as condições comuns como parâmetros, no entanto, prossegue, isolando e examinando o funcionamento de outras variáveis (causas) que possam explicar as diferenças. Já o método da replicação em diferentes níveis de análise prima pela associação entre as condições e o fenômeno a ser explicado. Essas condições que são tratadas como parâmetros devem estar baseadas em semelhanças e continuidades entre e dentro das unidades sociais.

Portanto, diferentemente dos cientistas políticos que direcionam o uso do método comparativo para o estabelecimento de semelhanças e diferenças e controle das hipóteses generalizantes, os cientistas sociais empregam tal método para além de analogias dos fatos, buscando a explicação dos mesmos, através de suas causas, efeitos, resultados e condições, destacando ou não similitudes e diversidades pelas variações nas diferentes combinações de circunstâncias. Logo, os sociólogos aproximam-se mais da produção espontânea dos fatos, sem impor proposições gerais ou modelações.

4 DA HISTÓRIA COMPARADA AOS ESTUDOS REGIONAIS COMPARADOS

Enquanto as duas abordagens expostas anteriormente revelam certa discrepância no emprego do método comparativo tanto para a explicação dos fatos pelas relações de causalidade (efeito-causa), como no controle das hipóteses pelos casos em si, com suas similitudes e contrastes, tem-se a perspectiva da história comparada de Marc Bloch (1928). Esta surge no período pós-primeira Guerra Mundial na tentativa de quebrar com a velha historiografia nacionalista monocentrada. Num abrir-se para o diálogo, a história comparada rompe com o isolamento, contrapondo ao orgulho nacional um elemento de humanidade, e, por fim, questiona a intolerância recíproca entre os homens e a necessidade de conhecimento dos vários povos do planeta (BARROS, 2007).

O método comparativo de Bloch (1928) consiste na escolha de uma ou mais origens sociais diferentes, ou seja, dois ou mais fenômenos que se parecem à primeira vista, e na apresentação de algumas analogias sobre eles, comparando as curvas de suas evoluções, percebendo as semelhanças e diferenças, e na medida do possível, na explicação de ambas. Destarte, para ele duas condições são necessárias para que haja, historicamente falando, a comparação: uma clara semelhança entre os fatos observados e alguma dessemelhança entre o ambiente em que eles ocorrem.

Cabe ainda salientar que “[...] a comparação não precisa relacionar necessariamente realidades nacionais distintas, podendo corresponder também a ambientes sociais distintos, que se pretenda comparar” (BARROS, 2007, p. 14). Segundo Cardoso (1979), para Bloch o método comparativo “cumprido ao mesmo tempo, localizar as diferenças e buscar os fatores que as determinam, e fixar as regularidades manifestadas entre dois ou mais processos observados” (p. 416). Conforme Bloch (1928) é preciso determinar que não somente os dois objetos não sejam os mesmos, mas que os caracteres específicos destes sejam distintos. Portanto, eliminam-se as falsas semelhanças, que muitas vezes são apenas homônimos, ou seja, transplantes de um modelo válido para uma época ou espacialidade social para outro contexto histórico onde o modelo não tenha sentido real, correspondendo apenas a uma ficção estabelecida pelo próprio historiador.

Para Bloch (1928) a preferência direciona-se para a comparação de sociedades sincrônicas que guardam entre si relações interativas e que juntas oferecem uma visão clara de um problema comum que as atravessa. Targa (1991) aponta que “a analogia, a semelhança, é o que nos aparece

como o principal e inicial passo metodológico na proposição da análise comparativa de Bloch” (p. 267). Todavia, o diferencial de sua perspectiva está no uso do método comparativo em torno de problematizações específicas, e não de curiosidades ou meras factuaisidades (BARROS, 2007).

Acredita-se que método comparativo associado ao regional apresenta-se como uma tentativa de fugir de uma comparação homogeneizadora (inclusive como produto histórico) de duas ou mais realidades. Para Haesbaert (2010), a região/regionalização foca na especificidade das distintas combinações dos eventos que promovem a diferença por critérios de coesão/articulação ou des-continuidade.

Logo, a aplicação do método em estudos regionais não se trata de comparar pela mera diferença de variáveis, hipóteses, proposições generalizantes, causas ou efeitos, que conduziriam o pesquisador a subdivisão de objetos segundo princípios de homogeneidade regional. O método se pauta na ação social dos grupos de recortar o espaço, por uma identidade, representação ou pelas práticas sociais desiguais e diferenciadas.

Busca-se a diferenciação, conforme Haesbaert (2010), não na convergência de algum tipo de generalização ou pela ênfase de alguma singularidade dos fenômenos únicos ou a completa especificidade dos eventos que ocorrem, mas num mundo globalizado, no qual o específico não se refere tanto aos eventos em si, mas, sobretudo, as suas distintas combinações. Portanto, é a especificidade da combinação que faz a diferença - combinação que se dá tanto no sentido das diferenças discretas de grau (desigualdades socioespaciais, descontinuidades), quanto das diferenças de natureza contínuas (irredutíveis a processos de padronização, classificações como as identidades regionais).

Assim, em vez da integração ou síntese num espaço zonal dotado de homogeneidade, tem-se a articulação num espaço predominantemente reticular (redes), dotado tanto de relativa coesão interna quanto de parcelas de alguma forma desarticuladas, que manifestam descontinuidades como componentes indissociáveis dos espaços regionais.

Logo, a des-articulação, de acordo com Haesbaert (2010), ocorre pelas dinâmicas de continuidade e descontinuidade espaciais, e, na relação entre as múltiplas dinâmicas ou processos espaciais, tais como: funcionalização, controle ou dominação territorial, simbolização/identificação, precarização e contenção territorial, exclusão territorial.

Assim, centrado em Haesbaert (2010), mas pensando para além da proposta dele, o método regional comparado apresenta-se com características mais complexificadas, deixando de

focar apenas um aspecto, dimensão ou variável, para a efetiva conjugação diferenciada dos múltiplos processos e sujeitos que participam da construção das regionalizações. Essa diferenciação, em seu caráter contínuo e mutante, não permite falar em parâmetros comuns de comparabilidade. Assim, quando há referência às características regionais ligadas a etnias, grupos linguísticos e religiosos, tem-se diferenças qualitativas “incomensuráveis” e, em certo sentido, incomparáveis. Isso tanto em suas diversas formas de articulação entre si, como com os chamados poderes instituídos.

Neste sentido, pode-se falar de região/regionalização como “arte-fato” enquanto envolvida em dinâmicas sociais efetivas, que reelaboram na prática os processos de regionalização. Processos sociais complexos que levam a conjugação de múltiplas dimensões do espaço (HAESBAERT, 2010). Deixa-se de lado, segundo o autor, a região como classe de área, pela enorme simplificação em relação à riqueza de feições, para se utilizar uma regionalização articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem. Haesbaert (2010) utiliza, assim, o termo “região”, em sentido mais estrito, para os “espaços-momento que resultam efetivamente em uma articulação espacial consistente (ainda que mutável), complexa, seja esta de dominância econômica, política e/ou cultural” (p. 121).

Desta forma, para Haesbaert (2010), faz-se necessário também discutir a força espacial/regional, ao mesmo tempo articuladora e desarticuladora, a partir dos sujeitos e interesses políticos envolvidos. O regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (“arte”), e como construção já produzida e articulada (“fato”).

Neste sentido, pensa-se o regional em sua projeção escalar em rede, mas não a região como escala intermediária, seja aquela mais típica, entre o local e o nacional, seja entre o nacional e o mundial ou qualquer nível escalar abaixo do global. Tal projeção é promovida por dinâmicas/sujeitos sociais na imbricação diferenciada de múltiplas dimensões do espaço geográfico, inclusive infranacional e superlocal (HAESBAERT, 2010). O nível escalar pensado em termos de uma lógica zonal de organização do espaço, o qual enfatiza recortes em termos de superfície ou áreas, deve ser substituído pela discussão de escalas segundo a lógica reticular, ou seja, pensar o regional também em termos de sua projeção escalar em rede.

Portanto, não se define *a priori* uma escala, visto que, “[...] não é a escala que faz a região, mas a regionalização (enquanto ação ao mesmo tempo concreta e abstrata de criação de regiões) que define a escala a ser priorizada” (HAESBAERT, 2010, p. 155). Assim, para este autor, os

processos de regionalização, não podem ficar restritos ou presos a uma escala em particular. Inclui-se assim, nos estudos regionais comparados, a necessidade de projeção escalar em redes das ações dos sujeitos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste artigo uma análise de diferentes abordagens relacionadas ao método comparativo. Tal perspectiva apresenta-se como alternativa de investigação já há várias décadas, tendo perpassado a caminhada de cientistas de diversas áreas. Na geografia brasileira, nas últimas décadas, não despontaram abordagens que pudessem contribuir para a evolução da análise comparada para além do recorte do espaço em parâmetros de comparabilidade. Diante desta carência, propõe-se aqui o emprego do método comparativo nas pesquisas geográficas de modo a articulá-lo à questão regional proposta por Haesbaert, vislumbrando o que se denomina de estudos regionais comparados.

O método comparativo desenvolvido pelos cientistas políticos levou a generalização, a modelos, ou seja, ao controle das hipóteses e proposições gerais. Essa tendência vem de encontro ao destaque dado aos processos globalizadores da atualidade, em que se tem a propagação crescente da homogeneização capitalista globalizadora. Tal perspectiva, todavia, pode conduzir à padronização do próprio espaço geográfico, impedindo ou dificultando o reconhecimento de multiplicidades/pluralidades regionais num mundo cada vez mais unificado pelas redes de uma sociedade culturalmente mundializada.

Os sociólogos tenderam para um maior aprofundamento da aplicabilidade da metodologia comparativa. Além de enaltecerem semelhanças, diferenças ou ambas, visaram ainda à explicação das causas e efeitos que as estruturam. Todavia, não se voltaram para os indivíduos e grupos sociais que constroem e vivenciam seu espaço de forma desigual/diferenciada, seja na proliferação da diferença através dos discursos ou nas práticas sociais que, pró ou contra os processos globalizadores, produzem e valorizam as diferenças.

O uso do método comparativo entre os historiadores evidenciou a unicidade dos objetos comparados e dos caracteres específicos, mas ao mesmo tempo declarou a necessidade de haver uma clara semelhança entre os fatos observados e alguma dessemelhança entre o ambiente em que

eles ocorrem. Portanto, eliminaram-se as falsas semelhanças, que muitas vezes são transplantes de um modelo válido em uma época ou espacialidade social para outro contexto histórico onde o modelo não tenha sentido real, correspondendo apenas a uma ficção estabelecida pelo próprio historiador.

Numa adequação do método comparativo ao regional, para enaltecer as diferenças/semelhanças pelas dinâmicas sociais afetivas, superando a leitura genérica de categoria analítica, apresenta-se aqui a perspectiva dos estudos regionais comparados. Trata-se de uma aproximação à proposta de Rogério Haesbaert para a diferenciação espacial (recorte do espaço) não apenas como método de análise imposto pelo pesquisador, mas problematizado também como “fato”, dado ou evidência empírica, concreta, logo, mescla-se em “arte-fato”.

Assim, os estudos regionais comparados não se utilizaram de parâmetros de similaridade ou diferença (categorias classificatórias ou funcionais), mas sim, da análise do jogo político e da ação e figura dos agentes (articulação em redes sociais), ou seja, das pluralidades das vivências dos sujeitos sociais. Acredita-se que são eles, por estarem efetivamente envolvidos com o seu meio, que constroem as diferenciações espaciais que levam à elaboração das distintas regionalizações.

Na perspectiva dos estudos regionais de Haesbaert, foge-se da criação de uma unidade ou recorte empírico, como uma categoria do real que se delimita numa parcela do espaço geográfico, contínua e estável, e aproxima-se das populações e vivências. Os estudos regionais comparados avaliariam as diferenças/semelhanças regionais por critérios de articulação/coesão e descontinuidade/fluidez promovida por dinâmicas/sujeitos sociais na imbricação diferenciada de múltiplas dimensões do espaço geográfico.

Os estudos regionais comparados buscariam também que as categorias espaciais não dominassem as categorias sociais tornando óbvia a construção social de todo tipo de regiões. Ao invés de se propagar uma “desregionalização” pela relativa homogeneização do espaço devido a intensificação dos processos globalizadores, tenderiam a manifestar a proliferação de movimentos diferenciadores (articuladores regionais) nos espaços de vida dos grupos/sujeitos sociais, demonstrando que a globalização não corrompe todos os domínios da vida cotidiana da maioria das pessoas. Assim, a análise comparada para os estudos regionais abriria o leque para estudar como os sujeitos vivem o mundo e não somente em que mundo eles vivem, apreendendo-se novas práticas espaciais de poder e de regionalizações.

6 REFERÊNCIAS

BARROS, J. D' A. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, Salvador, v.1, n.1, p. 01-30, jun. 2007.

BARTOLINI, S. Tempo e Investigación Comparativa. In: SARTORI, G; MORLINO, L. (Org.) **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 105-150.

BLOCH, M. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de Synthèse Historique**. n.6, p. 15-50, 1928.

BRANDÃO, P. B. Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. **Revista GeoTextos**, v. 8, n. 1, p. 167-185, jul. 2012.

CARDOSO, C. F. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 528 p.

COLLIER, D. El método comparativo: dos décadas de cambios. In: SARTORI, G; MORLINO, L. (Org.) **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 51-77.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: Estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 513 p.

_____. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 165 p.

GONZALEZ, R. S. O Método Comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 2, n.1, p. 01-12, jan.-jun. 2008.

HAESBAERT, R. **Regional-global**: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208p.

LIJPHART, A. Comparative Politics and the Comparative Method. **American Political Science Review**, LXV, p. 682-693, 1971.

MORLINO, L. Problemas y opciones en la comparación. In: SARTORI, G; MORLINO, L. (Org.). **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 13-28.

PANEBIANCO, A. Comparación y Explicación. In: SARTORI, G; MORLINO, L. (Org.). **La comparación en las ciências sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 81-104.

SARTORI, G. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (Org.). **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza, 1994. p. 29-50.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SKOCPOL, T.; SOMERS, M. R. The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. **Comparative Studies in Society and History**, v. 22, n. 2, p. 174-197, 1980.

SMELSER, N. J. Notes on the methodology of comparative analysis of economic activity. In: **Transactions of the Six World Congress Sociology**, Paris: Unesco, 1965. p. 1-26.

_____. On comparative analysis, interdisciplinarity and internationalization in sociology. In: **XV International Congress**, Austrália: *International Sociology*, v. 18, n. 4, p. 643-657, 2002.

TARGA, L. R. P. Comentário sobre a utilização do método comparativo na análise regional. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre. v. 12, n. 1, p. 265-271, 1991.